

31/12/74

COMUNICADO DO PPMO PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO E O CANCELAMENTO DAS AULAS DO 1º ANO

O PPM condena veementemente o cancelamento das aulas do 1º ano nas Universidades que acarretará vários e graves inconvenientes para o País. Muitos milhares de jovens sentem-se frustrados com esta atitude, que representa um retrocesso para as conquistas já obtidas pelo 25 de Abril.

Compreende-se as dificuldades encontradas pelo Governo Provisório na resolução do problema universitário.

O que já não se compreende é que pura e simplesmente se adie para o próximo ano lectivo um problema que ontão ainda mais grave se tornará, pois aos candidatos de 1974 virão juntar-se os de 1975.

Isto será além de tudo o mais, uma pesada herança que o Governo Provisório deixará ao Governo do País a constituir em Outubro de 1975.

Por isso, o PPM julga dever lançar um apelo ao Governo Provisório no sentido de que sejam criadas urgentemente as condições necessárias ao funcionamento das aulas do 1º ano das Universidades sem deixar que isso venha a dar-se, hipoteticamente, no próximo ano lectivo normal, ou seja, em Outubro de 1975.

Para tal, propõe o PPM que se dê início às actividades escolares do 1º ano, sem atender, nessa emergência, ao formalismo do calendário; que comece em Fevereiro, Março ou Abril, ainda que na sua duração normal de ano lectivo, venha a terminar em Outubro, Novembro ou Dezembro.

Se for necessário, que se reduzam os períodos de férias, pois há que recuperar o atraso e não deixar que ele se torne cada vez maior, até ao ponto de ser irrecoverável.

Que se recrutem professores entre os técnicos qualificados.

Que se mobilizem edifícios públicos e particulares.

Que se levre um imposto adicional sobre os rendimentos se o problema fôr financeiro.

Que tudo se faça, para dar cumprimento à doutrina expressa no parágrafo 1 do artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, que diz: "Todos têm direito à educação, a educação deve ser gratuita pelo menos ao ensino elementar e fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado e o acesso aos estudos superiores deve ser aberto, com plena igualdade a todos, em função do seu mérito".

